



1. CONTEXTO HISTORICO E OPERACIONAL

A IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI MIRIM é uma associação civil de direito privado e sem fins lucrativos, fundada em 06/04/1867, e que atua com a finalidade principal de promover a saúde humana em todos os seus aspectos, abrangendo atendimentos médico, hospitalar, laboratorial e ambulatorial de alta complexidade, claramente refletida na sua missão de servir o ser humano na busca da restauração da saúde.

É composta pela unidade hospitalar HOSPITAL DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE MOGI MIRIM. É reconhecida como de utilidade pública pelas autoridades: FEDERAL Dec. 50.517/61, ESTADUAL Dec. 34709/1959 e MUNICIPAL Lei 1.042/1976, e entidade filantrópica pelo CNES nº 2088193.

Conforme o Decreto nº 7.882, de 03/04/2019, da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim passou a ser administrada sob regime de Intervenção Municipal. A intervenção foi sucessivamente prorrogada e permanece vigente, atualmente respaldada pelo Decreto nº 9.410, de 05/11/2024.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS E CRITÉRIOS DE APURAÇÃO DAS RECEITAS

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas em observância Resolução CFC 1409/12 que aprovou a ITG 2002, aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros e em conformidade com a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da entidade; a emissão das presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em 10 de junho de 2025.

2.2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS FINANCEIRAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

- Ativo Circulante - O ativo circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.

- Moeda de apresentação – As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais.

- Caixa e equivalentes de caixa – Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários.
- Estoques – Foram avaliados pelo custo de aquisição.
- Contas a receber – Estão representadas por valores a receber referente aos Convênios Municipais, Estaduais e Federais.
- Ativo Não Circulante - Imobilizado - É demonstrado ao custo de aquisição, sendo que as depreciações estão sendo calculadas pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil e econômica dos bens.
- Passivo Circulante - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.
- Fornecedores - São obrigações referentes aquisições de bens, materiais, medicamentos e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da nota fiscal, fatura ou do contrato correspondente.
- Provisão de férias - Constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.
- Patrimônio Líquido – É representado pelo patrimônio inicial da entidade, acrescido do superávit e ou diminuído do déficit apurados anualmente, conforme legislação em vigor.

3. ESTOQUE:

No 2º semestre de 2024 os estoques foram registrados no Ativo Circulante, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1). Os estoques são avaliados pelo custo de aquisição conforme notas fiscais de compras, sendo alocados conforme tipo de item comprado. Essa alteração foi necessária para adequar-se as novas dinâmicas adotadas pela Administração da Entidade.

4. ATENDIMENTO AO CONVEIO SUS

NÚMERO DE ATENDIMENTOS		
VOLUME DE INTERNAÇÕES POR PACIENTES DIAS		
DESCRIÇÃO	2023	2024
SUS	25.394	24.434
NÃO SUS	0	0
TOTAL	25.394	24.434
UNIDADE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA		
DESCRIÇÃO	2023	2024
SUS	26.045	82.238
NÃO SUS	0	0
TOTAL	26.045	82.238

5. IMOBILIZADO:

Conforme as normas contábeis brasileiras (CPC 27 / IAS 16), o Ativo Imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (Impairment). A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos ativos, pelas taxas permitidas pela legislação fiscal. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de perdas por Impairment nos ativos do imobilizado.

6. RECEITAS E DESPESAS:

As receitas e despesas da entidade são apuradas através de comprovantes hábeis, entre eles, avisos bancários, recibos, notas fiscais, contratos e em conformidade com as exigências legais.

7. DIVIDA ATIVA DA UNIÃO:

Em cumprimento aos princípios da transparência e da evidência plena das informações contábeis, informa-se que, no período de referência, foram incluídos nos registros contábeis os valores relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU), conforme previsto na legislação vigente.

7.1 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

No 2º semestre de 2024, foi identificada a existência de débito junto à União, decorrente de INSS a Pagar, cujo valor total atualizado é de R\$ 5.617.049,05 e FGTS a Pagar cujo valor total atualizado é de R\$ 4.119.570,24, conforme notificação emitida pelo órgão competente.

7.2 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

No 2º semestre de 2024, foi identificada a existência de débito junto à União, decorrente de Impostos e Contribuições a Pagar, cujo valor total atualizado é de R\$ 4.161.434,80, conforme notificação emitida pelo órgão competente.

A entidade está ciente das obrigações e avalia as medidas cabíveis para a regularização do débito, incluindo a possibilidade de parcelamento ou contestação judicial, de acordo com a legislação aplicável.

8. EVENTOS SUBSEQUENTES:

A entidade não registrou nenhum evento subsequente relevante que demandasse a publicação em notas explicativas ou outras providências previstas na legislação contábil em vigor.

9. APLICAÇÃO DO RECURSO:

Os recursos foram aplicados com base nos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e transparência, conforme previsto no plano de trabalho. Todos os documentos comprobatórios estão devidamente organizados e disponíveis para consulta pelos órgãos de controle e fiscalização.

Mauro Nunes Júnior
Interventor
CPF 096.863.328-55

Dirceu Henrique Trilha
Contador
TC CRC 1SP 065.946/O-7